

HABEAS CORPUS Nº 501.293 - SP (2019/0088782-5)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
MARIA CAMILA AZEVEDO BARROS - SP420671
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LEANDRO GONCALVES MARTINS (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de LEANDRO GONCALVES MARTINS contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no HC n.º 2256565-39.2018.8.26.0000.

Consta dos autos que o Paciente foi preso em flagrante, em 23/11/2018 (convertido o flagrante em prisão preventiva no dia seguinte), pela suposta prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/2006, por estar na posse de uma balança de precisão, 68 pinos com cocaína e mais 14 pedras de *crack* (fl. 30). Conforme o auto de prisão em flagrante, tal material foi encontrado com o Acusado após diligências em que a polícia objetivava elucidar delito de furto qualificado ocorrido dentro da Delegacia Especializada (fl. 23).

Inconformada com a decretação da prisão preventiva, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte de origem, que denegou a ordem mediante o acórdão de fls. 33-37.

Neste *writ*, a Parte Impetrante alega, inicialmente, a nulidade da prisão em flagrante, argumentando que "[...] o fato de o de tráfico ser crime permanente, por si só, não legitima a empreitada policial desenfreada rumo à residência de qualquer pessoa, sob pena de se esvaziar por completo a garantia trazida pela Constituição Federal" (fl. 07).

Prossegue afirmando que os agentes policiais, "*diante do suposto envolvimento do paciente no crime de furto, deveriam ter, no bojo daquela investigação, solicitado ao juízo competente autorização para busca e apreensão na residência dele, de modo que seria expedido mandado, delimitando o objeto da diligência*" (fl. 09).

No mais, sustenta a ausência dos requisitos necessários para a manutenção da prisão preventiva.

Aduz que o Paciente ostenta condições pessoais favoráveis, e, ainda, que *"o suposto envolvimento dele com um furto ocorrido na Delegacia de Polícia, mencionado pelo magistrado de piso, não se confirmou. Conforme se extrai da F.A. anexo sequer há Inquérito Policial em andamento a respeito do fato"* (fl. 12).

Afirma a possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, previstas no art. 319 do Código de Processo Penal, bem como assevera a ausência de homogeneidade da medida cautelar (fl. 15).

Requer a concessão de medida liminar a fim de que o Paciente responda ao processo em liberdade. No mérito, postula que seja *"declarada a nulidade da decisão que converteu a prisão em flagrante em preventiva, haja vista a ofensa à inviolabilidade domiciliar, relaxando-se a prisão do paciente. Subsidiariamente, seja concedida a liberdade provisória ao paciente"* (fl. 17).

É o relatório.

Decido.

Não estão presentes os pressupostos autorizadores do acolhimento da pretensão liminar.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas, mormente diante do que foi consignado na decisão que converteu a prisão em flagrante em preventiva, **ao apontar o envolvimento do Paciente com produtos de furto ocorrido nas dependências de delegacia de polícia especializada** (fls. 30-31):

"[...] o autuado foi surpreendido no momento em que estava cometendo infração penal, em situação de posse de cocaína e crack, denotando comércio ilícito de drogas (art. 33 da Lei 11.343/2006). Houve apreensão em seu poder de dois tipos de drogas - 14 porções de crack e 68 microtubos de cocaína (além de 100 microtubos vazios) - e de uma balança de precisão, instrumento utilizado pelos traficantes para o fracionamento das drogas; Assim, tais circunstâncias, sobretudo a expressiva quantidade de entorpecentes, são evidentes indicativos do comércio proibido. Sobre a autorização para ingresso no domicílio, observa-se que se trata de hipótese de flagrância delitiva. De resto, os demais aspectos mencionados pela Defensoria Pública demanda análise mais aprofundada pelo juízo competente. [...]. Acrescente-se que o flagranteado apresentou envolvimento com produtos de furto ocorrido

nas dependências da delegacia especializada e na análise de antecedentes declarou-se desempregado. São necessárias redobradas cautelas, portanto, acerca do comportamento do autuado. Registre-se, por oportuno, que as circunstâncias de uma pessoa ter residência fixa e emprego - e ainda mesmo que fosse tecnicamente primário -, embora importantes, não interferem diretamente na análise da necessidade da custódia cautelar. O que deve nortear uma decisão dessa natureza é o efetivo preenchimento de um dos pressupostos previstos na lei processual. Consigne-se a existência de indícios de autoria colhidos no auto de flagrante, extraídos dos informes das testemunhas, e a materialidade decorrente de auto de constatação provisória. Por último, o crime previsto no art. 33 da Lei 11.343/2006, que é inafiançável (art. 323 CPP), é punido com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos (art. 313, I CPP)."

Quanto à pretensão de nulidade da prisão em flagrante, verifica-se, também em juízo perfunctório, a ausência de plausibilidade do pedido, pois esta Corte firmou compreensão no sentido de que *"a alegação de nulidades porventura existentes na prisão em flagrante fica superada com a conversão do flagrante em prisão preventiva, tendo em vista que constitui novo título a justificar a privação da liberdade"* (HC 429.366/PR, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJe 16/11/2018). No mesmo sentido: HC 465.928/RJ, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, DJe 13/11/2018.

Conclui-se, assim, que o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Requisitem-se informações ao Tribunal de origem e ao Juízo de primeiro grau, notadamente sobre o suposto envolvimento do Paciente no delito de furto ocorrido na Delegacia de Polícia Especializada e o respectivo Inquérito Policial acerca do fato, informando, ainda, sobre o andamento atualizado do feito e a situação prisional do Acusado.

Solicitem-lhes, ainda, chave de acesso às informações processuais.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para o parecer.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2644 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 04 de Abril de 2019 Publicação: Sexta-feira, 05 de Abril de 2019

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora

